



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

Palácio Padre Miguelinho  
Gabinete do Vereador Aldo Clemente

C. M. NATAL  
PROCESSO Nº 27/2021  
VOTO Nº 178

**Aldo  
Clemente**  
COMPROMISSO COM NATAL

*Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final*

Processo nº: 027/21

Relator: Vereador Aldo Clemente

**PARECER**

*Da Comissão de Legislação, Justiça e  
Redação Final, sobre o VETO PARCIAL do  
Executivo Municipal ao Projeto de Lei nº  
027/21, que "Reconhece as atividades de  
igreja, templos e congêneres onde se  
realizam qualquer tipo de culto ou  
cerimônia religiosa no município de  
Natal/RN como atividade essencial e dá  
outras providências".*

1- **Relatório:**

Tratam-se os presentes autos de Veto Parcial do Executivo Municipal ao Projeto de Lei nº 027/21, que "Reconhece as atividades de igreja, templos e congêneres onde se realizam qualquer tipo de culto ou cerimônia religiosa no município de Natal/RN como atividade essencial e dá outras providências".

O Executivo Municipal, como razões de veto, asseverou, em síntese, que os §§ 1º e 2º do art. 2º do referido projeto possuem vício de constitucionalidade ao **vedar** a determinação do fechamento total de igrejas, templos e congêneres; e **impedir** o atendimento das atividades presenciais, durante situações de calamidade, de emergência e correlatos, nessas localidades.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
Gabinete Vereador Aldo Clemente - [www.aldoclemente.com.br](http://www.aldoclemente.com.br)  
Rua Jundiaí, 546 | Tirol - Natal/RN | 59020-120 | 84 2226 6399  
[assessoriaaldoclemente@gmail.com](mailto:assessoriaaldoclemente@gmail.com) | [www.cmnrn.gov.br](http://www.cmnrn.gov.br)

COMISSÕES TÉCNICAS  
Redação, 15/04/2021



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

Palácio Padre Miguelinho  
Gabinete do Vereador Aldo Clemente

C. M. NATAL  
PROCESSO Nº 027/21  
VEREADOR Nº 18  
**Aldo  
Clemente**  
COMPROMISSO COM NATAL

Em observância as regras inerentes ao processo legislativo, foi o presente processo enviado a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em respeito ao teor do que preceitua o art. 62, XVI do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal.

É o que cumpre relatar. Decido.

## **II - Análise:**

Inicialmente, fazendo uma análise dos autos, observo que o Projeto de Lei nº 027/21, inclui no rol de atividades essenciais, o funcionamento de igrejas, templos e congêneres.

A presente proposição sofreu Veto Parcial por parte do Poder Executivo. Para um melhor entendimento, impende verificar o que dispõe os parágrafos vetados no Projeto de Lei. Eis o que diz o seu texto:

"Art. 2º Ficam reconhecidas como atividade essencial, as exercidas em todas as igrejas, templos e congêneres onde se realize ou celebre qualquer tipo de culto ou cerimônia religiosa situada na cidade de Natal.

§1º Em situações de Estados de calamidade, de emergência e correlatos decretados pelo Poder Executivo, fica vedada a determinação do fechamento total destes locais, sendo possível, regulação de sua capacidade e ocupação, consoante as necessidades e protocolos de saúde e sanitários exigidos pelas condições transitórias.

§2º As decisões de limitação de capacidade e outras regulamentações devem emanar da autoridade competente, devidamente fundamentado, sempre concedendo prazo apto

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
Gabinete Vereador Aldo Clemente - [www.aldoclemente.com.br](http://www.aldoclemente.com.br)  
Rua Jundiá, 546 | Tirol - Natal/RN | 59020-120 | 84 2226 6399  
[assessoriaaldoclemente@gmail.com](mailto:assessoriaaldoclemente@gmail.com) | [www.cmnat.rn.gov.br](http://www.cmnat.rn.gov.br)



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

Palácio Padre Miguelinho  
Gabinete do Vereador Aldo Clemente

C. M. NATAL  
PROCESSO Nº 271  
FOLHA Nº 19

VEREADOR

**Aldo  
Clemente**  
COMPROMISSO COM NATAL

para adequação das igrejas, templos ou congêneres às novas normas momentâneas, nunca inviabilizando o atendimento e/ou exercício das atividades presenciais nestas localidades.

Em suas razões de veto o Executivo Municipal asseverou que os §§ 1º e 2º acima descritos possuem vícios insanáveis de constitucionalidade, porquanto viola o regime de separação e independência dos poderes.

Passando à análise das razões do veto, destaco o art 5º, inciso VI, da Carta Magna que assim dispõe:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade(...).*

*VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurada o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.*

Em consonância com esse entendimento encontra-se a Lei Orgânica Municipal que disciplina em seu art 8º, inciso II:

*Art. 8º - Ao Município é vedado:*

*II - estabelecer culto religioso ou igreja, subvencioná-los, embarçar-lhes o exercício ou manter, com eles ou com seus representantes, relações de dependência ou de aliança;*

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
Gabinete Vereador Aldo Clemente - [www.aldoclemente.com.br](http://www.aldoclemente.com.br)  
Rua Jundiaí, 546 | Tirol - Natal/RN | 59020-120 | 84 2226 6399  
[assessoriaaldoclemente@gmail.com](mailto:assessoriaaldoclemente@gmail.com) | [www.cmna.rn.gov.br](http://www.cmna.rn.gov.br)

Desta forma, sob o ponto de vista material a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, reconhecem a importância da religião ao garantir a inviolabilidade de crença e, principalmente, a proteção aos locais de culto, além de assegurar a prestação de assistência religiosa nas entidades civis.

É de conhecimento de todos que o atual cenário que estamos vivenciando, não só apresenta consequências físicas, mas de igual forma, psicológicas em quase toda a população.

Muitas dessas pessoas, que andam sofrendo com os efeitos psicológicos causados pela pandemia, buscam apoio através de trabalho espiritual, em igrejas e instituições congêneres.

Percebo que o presente Projeto de Lei foi cuidadoso ao propor a possibilidade de limitação do número de pessoas nas igrejas e templos, o distanciamento, e ainda, o cumprimento das medidas sanitárias necessárias ao combate da pandemia.

Acrescenta-se a isso o trabalho realizado pela Prefeitura do Natal através de diversas campanhas de ações de higiene básica, bem como a conscientização da população durante todo esse período de pandemia.

Diante de todo o exposto, não observo qualquer impedimento em estabelecer uma política pública que incentive, com os cuidados recomendados frente à situação pandêmica, a prática religiosa, bem como seus serviços sociais correlatos.

Por fim, restou demonstrado que o Projeto de Lei em questão não adentrou em competência privativa do executivo, bem como em vedações constitucionais, ficando preservados os arts. 61, § 1º da CF e 55 da LOM.

Nesse contexto, **opina** este Relator pela **derrubada total do veto**, tendo em vista a competência do poder legislativo para dispor sobre a matéria.



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

Palácio Padre Miguelinho  
Gabinete do Vereador Aldo Clemente

C. M. NATAL  
PROCESSO Nº 21/  
FOLHA Nº 21/8  
VEREADOR


**Aldo  
Clemente**  
COMPROMISSO COM NATAL

**III – Voto:**

Desta feita, opina este Relator pela derrubada total do veto.

É como voto.

Natal/RN, 8 de abril de 2021

  
\_\_\_\_\_  
**ALDO CLEMENTE**  
Vereador - PDT

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
Gabinete Vereador Aldo Clemente - [www.aldoclemente.com.br](http://www.aldoclemente.com.br)  
Rua Jundiá, 546 | Tirol - Natal/RN | 59020-120 | 84 2226.6399  
[assessoriaaldoclemente@gmail.com](mailto:assessoriaaldoclemente@gmail.com) | [www.cmnat.rn.gov.br](http://www.cmnat.rn.gov.br)